

Peirce e Foucault: Signo Estético e Enunciado

Peirce and Foucault: Esthetical Sign and Enunciation

Daniele Fernandes

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) - Brasil
cyberdany@gmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo indicar possíveis pontos de relação entre o signo estético na Semiótica de Peirce e o conceito de enunciado na obra de Foucault. Nas quatro características do enunciado (falta de um referente, sujeito como um lugar vazio, campo enunciativo e materialidade) encontramos a possibilidade de uma aproximação entre os autores, fazendo perceber suas obras como uma filosofia do processo. O signo estético proporciona, de maneira privilegiada, o crescimento da razoabilidade concreta ao buscar alcançar o “kalós”, sempre em fuga. O enunciado é a condição para o devir do pensamento, a condição para a formação de frases e proposições. Ambos (signo estético e enunciado) apontam para o não-pensado, fonte que faz do pensamento um processo contínuo.

Palavras-chave: Semiótica. Signo estético. Razoabilidade concreta. Enunciado. Processo.

Abstract: *This paper has as aim to indicate possible relationship points between esthetical sign in Peirce's Semeiotic and the concept of enunciation in Foucault's work. On the four characteristics of enunciation (absence of a referent, subject as an empty place, enunciative field and materiality) we find the possibility of an approach between the authors, making realize their works as a philosophy of the process. The esthetical sign provides, in a privileged way, the growing of concrete reasonableness when it trays to reach the “kalós”, that is always on the run. Enunciation is the condition for devenir of the thought, the condition to form sentences and propositions. They both (esthetical sign and enunciation) point out to the non-thought, source which makes the thought an ongoing process.*

Keywords: *Semeiotic. Esthetical sign. Concrete reasonableness. Enunciation. Process.*

* * *

Pretendemos aqui traçar algumas relações entre os conceitos de signo estético na teoria peirceana e o de enunciado na obra de Foucault. Tais relações nos parecem possíveis pelo fato de que ambos os conceitos parecem enfatizar a importância de um pensamento sempre em processo. O signo estético é o tipo de signo mais propenso a desarraigar hábitos de pensamento; por ser um signo apenas possível, ele é aberto a conexões. O enunciado é uma função que incide sobre os signos, é o que permite as configurações móveis do pensamento; ele só se repete em condições muito bem definidas. Iniciaremos nossa discussão pelo estudo do signo estético, depois passaremos ao estudo do enunciado para, posteriormente, sermos capazes de concluir, relacionando-os.

Para fazermos compreender o conceito de signo estético em Peirce, antes temos que passar, mesmo que rapidamente, por alguns outros conceitos e dar um breve panorama da sua arquitetura filosófica.

Peirce divide a Filosofia em três níveis: Fenomenologia, Ciências Normativas e Metafísica (Cf. Santaella, 1994, p. 113). A base de toda sua arquitetura filosófica é a Fenomenologia e ele diz que devemos ter três faculdades para conseguirmos estudá-la:

A primeira e principal é a qualidade rara de ver o que está diante dos olhos, como se apresenta, não substituído por alguma interpretação (...). É esta a faculdade do artista que vê as cores aparentes da natureza como elas realmente são. (...) O poder observacional do artista é altamente desejável na fenomenologia. A segunda faculdade com que devemos armar-nos é uma discriminação resoluto que se pendura como um *bulldog* daquela característica que estamos estudando, (...). A terceira faculdade de que necessitamos é o poder generalizador do matemático que gera a fórmula abstrata que compreende a verdadeira essência da característica em estudo, purificada de toda mistura adventícia. (Peirce, 1974, p.17)

A Fenomenologia é o estudo dos fenômenos. Fenômeno é definido como tudo o que aparece à mente. Peirce fala da existência de três categorias fenomenológicas: primeiridade (mônada, qualidade, espontaneidade, indeterminação, originalidade), secundidade (dualidade, conflito, ação-reação, dúvida, surpresa) e terceiridade (lei, generalidade, crescimento, continuidade).

Peirce fala da existência de três ciências normativas, correspondendo respectivamente às três categorias fenomenológicas: Estética, Ética e Lógica (ou Semiótica). A Lógica (terceiridade) só pode ser Lógica da linguagem ou Semiótica, dado que o que percebemos e pensamos são signos, ou seja, não podemos nos livrar da linguagem.

Antes de começarmos a falar propriamente de signo estético, convém dar uma definição de signo. Embora saibamos que Peirce dá inúmeras definições para este conceito, usaremos duas delas que melhor nos cabem para a presente discussão. Dissemos acima que, para Peirce, Lógica só pode ser Semiótica, assim, Semiótica é a lógica da linguagem, toda linguagem se dá por meio de signos. E signo é o primeiro correlato de uma relação triádica. A idéia de signo está vinculada à idéia de representação, de *representamen*; no entanto, não quer dizer a mesma coisa. Representar é “estar para”, “estar no lugar lógico de”. Estar no lugar lógico não significa substituir ou ser a mesma coisa, mas indicar o objeto para a idéia que ele produz ou modifica (Cf. Santaella, 1995, p. 38).

Um *Signo* é qualquer coisa que está relacionada a uma Segunda coisa, seu *Objeto*, com respeito a uma Qualidade, de tal modo a trazer uma Terceira coisa, seu *Interpretante*, para uma relação com o mesmo objeto, e isso de maneira tal a trazer uma Quarta para uma relação com aquele Objeto da mesma forma, *ad infinitum*. Se a série é rompida, o Signo, nesse ponto, perde seu caráter significante perfeito. (Peirce *apud* Santaella, 1995, p. 29).

Assim, o primeiro correlato é o signo (relacionado diretamente à primeiridade), os outros dois correlatos são o objeto (secundidade) e o interpretante (terceiridade). Mas os três correlatos são de natureza sígnica, a diferença está na posição lógica que cada um ocupa: fundamento, objeto e interpretante. Assim, o signo de um objeto produz um interpretante que, por ser também de natureza sígnica, poderá ocupar o lugar lógico do signo e produzir outro interpretante *ad infinitum*. Este é o processo de *semiose* ou ação do signo que tende a crescer infinitamente. Signos vão sendo interpretados em signos.

A Lógica é o que nos permite raciocinar de maneira consciente, fornecendo os meios para fazermos o pensamento atingir a sua meta. Está ligada ao autocontrole crítico do próprio pensamento. Entretanto, Peirce se depara com o fato de que há regiões sobre as quais não podemos exercer esse autocontrole. Se a Lógica existe como autocontrole consciente, que conduz o pensamento na direção de uma meta e se é impossível exercer esse autocontrole sobre a totalidade dos pensamentos, havendo sempre algo de inconsciente, Peirce se dá conta da insuficiência da Lógica, passando a tomar por base da Lógica a Ética. A Ética (secundidade), para Peirce, não é a ciência do bem e do mal. Ela é simplesmente o que vai definir uma meta para a qual nosso esforço de raciocínio se empenhará e dirigir nossa vontade na direção de determinado fim. Entretanto, a natureza desse fim só pode ser dada pela Estética (primeiridade) (Cf. Santaella, 1994, p. 120-126). A Ética dirige, mas é a Estética que determina a direção em que o esforço ético deve ir. A Ética pergunta para onde ir, mas é da Estética que vem a resposta e da Lógica que vêm os meios de se chegar a um objetivo que é sempre temporário.

Na relação das três ciências normativas, percebemos que, para Peirce, a Lógica se funda na Ética e esta, por sua vez, na Estética. Ao proceder desta maneira, ele, - *sendo um lógico*, o que é mais surpreendente – rompe com uma hegemonia lógica predominante no ocidente, ao mesmo tempo em que não menospreza o papel da Lógica. Ao retirar-lhe da auto-suficiência, ao alicerçá-la, em última instância, sobre as bases móveis da Estética – sua eterna fonte de juventude – dá à Lógica um estatuto distinto, que sempre lhe permitirá continuar, através de um autocontrole crítico, que visa a um ideal estético, em permanente fuga.

Pois bem, a Lógica estabelece os meios para atingir uma meta, através de um autocontrole consciente e inevitavelmente autocrítico, para que possa continuar. O que torna possível essa autocrítica é justamente a busca do ideal estético, que sempre irá recuar. O ideal estético, que Peirce chamou de *Kalós*, traduzido do grego como “admirável”, viria da pura qualidade de sentimento, aquilo a que nada antecede, aquilo que é incompreensível, que sempre escapa, a generalidade máxima, que nunca pode ser analisada e que, portanto, não é nem bela nem feia, nem boa nem má; mas é simplesmente *admirável* em sua qualidade imediata. Em síntese, o ideal estético seria o responsável pelo *crescimento da razoabilidade concreta*, cujo final está sempre em aberto e é inevitavelmente mistura de sentimento, ação e razão (Cf. *Ibid.*, p. 130-139).

Pensamentos são hábitos mentais que desenvolvemos, tornando possível a prevenção de ocorrências futuras. Entretanto, “a lei do hábito é a lei de adquirir novos hábitos” (*Ibid.*, p. 147). Os signos tendem a crescer e, se não modificarmos nossos hábitos diante deles, se acreditarmos eterna e cegamente nestes hábitos, não desenvolvendo outros, seremos arrastados pelo turbilhão de signos. É o ideal estético, sempre inatingível no presente, que joga por terra crenças ultrapassadas. É o signo estético que é capaz de *materializar, no presente, qualidades de sentimento que podem desestabilizar hábitos de pensar, agir e sentir* há muito sedimentados. Para Peirce, o hábito é o que corresponde à ligação da mente com o mundo, é o que garante que algo vai se repetir no futuro, o hábito é uma lei, entretanto, é uma lei que possui como lei a transformação (Cf. *Ibid.*, p. 143-149).

Embora, dentre as ciências normativas, a estética esteja relacionada à primeiridade, um signo estético não é pura primeiridade; pelo contrário, é o signo que mais consegue equilibrar os três níveis. “As obras de arte não são apenas ambíguas

encarnações de qualidades de sentimento, mas formas de sabedoria, de um tipo que fala à sensibilidade, ao mesmo tempo em que convida a razão a se integrar ludicamente ao sentir” (Cf. Santaella, 1994, p. 151).

Na produção e apreensão de um signo estético, o que há é uma razão criadora. Ele materializa, faz aparecer no mundo (secundidade) qualidades de sentimento (primeiridade) capazes de produzir algum interpretante (terceiridade), quando atingem um intérprete, mesmo que esse signo-interpretante seja também meramente uma qualidade. Em outras palavras, mesmo um quali-signo icônico possui uma existência singular, existe no mundo e é capaz de produzir um *rema* como interpretante (terceiridade). Este efeito meramente qualitativo produzido na mente que interpreta o signo estético se transforma no mesmo instante que nos damos conta dele, ou seja, quando começamos a raciocinar.

O signo estético, embora não seja pura primeiridade, mas entrelaçamento dos três níveis, refere-se a uma mera qualidade (relacionada à primeiridade) de seu objeto. Aliás, este objeto pode surgir posteriormente, no instante da interpretação. O objeto é necessário, para que o signo funcione de fato como signo, já que, para Peirce, o signo está necessariamente numa relação triádica. Qualidades não possuem poder de referência, não fazem referência direta a nada externo a elas mesmas. Assim, o signo estético é ambíguo, o que acaba por invalidar a certeza, podendo regenerar a percepção, produzir mudanças de hábito, crescimento da razoabilidade concreta. Um signo estético é aberto, seus objetos e interpretantes são apenas possíveis, pois qualidades são tão gerais, que podem ser associadas a quaisquer outras. Diante dele, cabe ao intelecto comparar, *estabelecer hipóteses* e semelhanças (Cf. Santaella, 1994, p. 177-181).

Perceber qualidades é o que permite articular das maneiras mais ousadas. É nas hipóteses (qualitativas) que se encontra a alavanca da transformação. Michel Foucault era um filósofo extremamente preocupado com as configurações móveis do pensamento. Pensava em viver a vida como uma obra de arte, daí sua perseverança em sempre refutar o que somos, colocando o pensar como experimentar, problematizar, como processo sempre aberto (Cf. Deleuze, s.d., p. 7-9). Para Deleuze, há três ontologias na obra de Foucault: *saber* (enunciado e visibilidade), *poder* e *si*. Mas são ontologias que não implicam condições *a priori*, possuem existência singular (Cf. *Ibid.*, p. 153). Assim, é nessas ontologias, desde nosso ponto de vista, que Foucault conecta o estudo do ser ao que é singular, ligado ao que, na Fenomenologia peirceana, é secundidade. Para exemplificarmos o que seria essa articulação entre a ontologia e a existência concreta (singular) para Foucault, discutiremos agora seu conceito de *enunciado*.

Para Foucault, os enunciados não são frases ou proposições, mas condições que as possibilitam e possibilitam também a transformação de sentido. Um enunciado é uma função que incide sobre um conjunto de signos e possui quatro características que o definem: um referencial, um sujeito, um campo enunciativo e uma materialidade.

Um enunciado precisa de um “referencial” (princípio de diferenciação e não um *referente*). Ele precisa ter com “outra coisa” uma relação específica. Esse “referencial” não são “coisas”, “fatos” ou “seres”, mas leis de possibilidade para a existência de objetos. O enunciado se manifesta através dos signos, formando os objetos, que não existiam antes da enunciação. É sempre uma relação singular, sem possibilidade de reaparecimento. Por exemplo, um mesmo substantivo pode aparecer como enunciados

distintos. Uma frase, mesmo que não seja significante, se relaciona com alguma coisa. Mas um enunciado também não precisa aparecer como uma frase, pode fazê-lo através de um gráfico, de uma conjugação verbal, de uma árvore genealógica, de uma classificação de espécies botânicas ou de uma curva de crescimento. Outro exemplo: o teclado de uma máquina de escrever não é um enunciado; mas a série de letras A, Z, E, R, T datilografadas em um papel são um enunciado, porque revelam a ordem alfabética adotada pelas máquinas francesas, porque mantém com o teclado relações singulares, sendo diferente do próprio teclado.

Precisa de um *sujeito*. Esse sujeito não é um autor, mas uma posição que pode ser ocupada por diferentes indivíduos. Ou seja, o sujeito do enunciado não se refere às relações entre o autor e o que ele disse ou quis dizer, mas à posição que um indivíduo deve ocupar para ser sujeito do enunciado. Para frases do tipo “Já mostramos que...”, por exemplo, existem condições precisas para serem enunciadas, elas estão inseridas em uma série de acontecimentos enunciativos prévios, que não pertencem necessariamente ao indivíduo que fala atualmente, mas ao sujeito enunciante. Este não precisa ter realmente efetuado as operações das quais fala, basta mencioná-las, basta ter conhecimento delas, basta saber que elas existem para estabelecer relações.

Um enunciado precisa de um *campo enunciativo* de *um domínio associado*, que é diferente de um contexto, embora o torne possível. Um enunciado nunca existe independente de outros, sempre possui margens povoadas por outros enunciados, apoiando-se neles e deles se distinguindo. Uma frase, por exemplo, ocupa uma posição num jogo enunciativo que a extravasa, a frase se multiplica: ela não estará em um mesmo contexto em relação a outras frases às quais se liga se se trata de um romance ou de um tratado de física.

Um enunciado deve ter *existência material*. Entretanto, ele não se identifica com um fragmento de matéria. Não é uma substância, mas possibilidade de uso e reutilização. Uma mesma frase não é o mesmo enunciado se pronunciada em uma conversa ou impressa em um romance. Se uma frase é traduzida de uma língua para outra, ou se duas frases distintas mantêm o mesmo conteúdo comunicativo, elas são um mesmo enunciado. Entretanto, dizer que “as espécies evoluem” antes e depois de Darwin, faz da mesma frase dois enunciados distintos (Cf. Foucault, 1972, p. 103-130).

Definidas as características do enunciado, passemos a discutir suas implicações. Quando Foucault analisa o quadro de Velásquez, fala de um “vazio essencial, de um desaparecimento necessário daquilo que funda” (Foucault, 1987, p. 31). Para ele, o homem não é contemporâneo do que o faz ser, está afastado de sua própria origem. Esta é, para ele, como o vértice de um cone virtual, onde as diferenças vão-se estreitando até se tornarem outra, explodindo sobre si mesmas. A origem é como um ponto em que o homem se articula com o já começado; o nascimento do homem jamais teve lugar e, portanto, não há como se ter acesso a ele. O homem nasce de uma origem sem origem, que faz aparecer uma linha sem cronologia, sem história, donde, paradoxalmente, surge o tempo (Cf. *Ibid.*, p. 345-350). Aqui, Foucault não estaria, assim como na primeira característica do enunciado, criticando a existência de um referente? Foucault fala ainda que não se trata de interpretar o discurso para fazer a história do referente, mas quer mesmo evitar as coisas, despresentificá-las. Fala do discurso não como significantes que remetem às coisas, mas como práticas que formam mesmo os objetos de que falam. Num enunciado, as próprias palavras se ausentam, tanto quanto as coisas, pois ele é antes condição que torna possível as próprias palavras (Cf. Foucault, 1972, p. 62-63).

Quanto à segunda característica – o sujeito enunciativo –, é ela que permite aos indivíduos, no interior de uma mesma prática discursiva, falarem de objetos distintos. Para Deleuze, a preocupação já não é tanta em relação a modelos bem estruturados. Pelo contrário, preocupa-se mais como o estatuto que cabe ao sujeito em condições que talvez não estejam bem definidas ou inteiramente estruturadas (Cf. Deleuze, s.d., p. 34).

A identidade de um enunciado se mantém e se apaga, conforme se relaciona com um campo enunciativo. Um enunciado só existe em *rede* (Cf. Foucault, 1972, p. 131). E esta é formada por outros enunciados. É a maneira como ele se relaciona com esses outros enunciados que irá determinar se podemos dizer que é o mesmo ou outro. Mas essa conexão não diz respeito a significado, por exemplo, embora o torne possível (Cf. *Ibid.*, p. 144). No exemplo sobre a evolução das espécies, dado ao expormos a quarta característica enunciativa, também podemos dizer que aquele enunciado “as espécies evoluem” se modifica por entrar em uma relação distinta, por se conectar a outros enunciados, determinando um outro corte, uma outra configuração do pensamento.

“O enunciado, ao mesmo tempo, não está visível e não está oculto” (*Ibid.*, p. 137). Ele está implícito nas frases e nas proposições; é anterior a elas, mas se manifesta através delas e, por isso, não é algo latente, está dito de fato, mesmo que implícito nas frases e proposições. A materialidade do enunciado é o que faz com que ele possa se repetir, mesmo que sob condições muito específicas.

O enunciado é uma função que incide sobre os signos, só sendo perceptível através deles, ou seja, através das contínuas atualizações de força entre eles. Um enunciado existe somente dentro de relações e, embora não se confunda com as frases e proposições, é por meio delas que se “exerce”. Um enunciado não se define pelo que designa ou significa; é uma curva que une pontos singulares, atualiza relacionamentos de força, como os que existem em francês entre as letras do teclado e os dedos (Cf. *Ibid.*, 109). Atualizar implica desdobrar, dissociar, criar formas divergentes (Cf. *Ibid.*, p. 62). Para Deleuze, “o tema que desde sempre assediou Foucault é o do duplo. Mas o duplo não é nunca uma projeção do interior, ele é, pelo contrário, uma interiorização do de-fora.” (*Ibid.*, p. 132). A seqüência de letras datilografadas, por exemplo, funciona como atualização de relacionamentos de força, faz perceber algo distinto do que existia antes: as teclas e os dedos.

As palavras e proposições são da ordem da estrutura. Foucault define estrutura como “um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos” (Foucault, 1972, p.108). O enunciado não é uma estrutura, mas cruza as estruturas. É a condição que torna possível a existência delas e, principalmente, sua transformação. Mas essa condição não existe *a priori*. Não existe anteriormente à determinação de um *corpus* considerado, depende sempre de outros enunciados que não haviam sido antes previstos, depende de toda uma *rede* para existir como o *mesmo*. Um *mesmo* enunciado só pode existir dentro de *relações singulares* muito bem definidas: um referencial, um sujeito, um campo enunciativo e uma materialidade. Enunciado pode ser o que faz dizer outra coisa, o que faz aparecer outra possibilidade de relação estrutural.

Comparemos o enunciado e o signo estético ponto por ponto:

O signo estético é extremamente propenso a se proliferar como enunciados (ou visibilidades) distintos, devido ao seu alto poder de sugestão, sua falta de referência. É a

generalidade qualitativa do signo estético que pode se repetir, não para ser a mesma, mas para se articular de outra maneira.

Um enunciado tem com “outra coisa” uma relação específica, mas não possui essa coisa como referente, um enunciado forma mesmo essa outra coisa. Um signo estético não se refere necessariamente a nada, a não ser a si mesmo. Seu objeto pode, inclusive, formar-se posteriormente, no instante da interpretação. Interpretante e objeto são apenas possíveis. Não poderíamos dizer que estes diferentes objetos (e interpretantes) que poderiam surgir manteriam, cada um deles, com o signo estético relações singulares, que o transformariam em enunciados distintos?

O enunciado precisa de um “sujeito”, não como um autor, mas como um lugar vazio a ser ocupado por diferentes indivíduos, para que o sujeito do enunciado possa ser o mesmo. Um signo estético, por não se referir a nada externo a ele mesmo, por ser meramente qualidade, pode se relacionar a quaisquer outras qualidades. Um indivíduo tem a sua própria duração. Cada um possui uma memória que lhe é própria, uma síntese mental que conecta no presente todo um repertório adquirido no passado e projeta sonhos no futuro. Será que indivíduos distintos são propensos a ocupar exatamente a mesma posição vazia do enunciado, agindo como um mesmo *sujeito* em relação a um signo estético? Ou será que este tende a se proliferar como diferentes enunciados, pelo fato de possuir um caráter aberto, com *n* posições (sujeitos) sequer determinadas? No caso de um signo estético estamos lidando com qualidades vagas, indefinidas.

Um enunciado precisa de um campo enunciativo. Ele não existe sozinho, é multiplicidade, depende de uma rede específica para ser um determinado enunciado. Se ele entra em outras relações, torna-se outro. Que interpretante será produzido por um signo estético? Podemos determiná-lo exatamente se seu interpretante é apenas possível? Podemos determinar de antemão que relações qualitativas serão estabelecidas no momento da interpretação? Podemos saber que posição vazia será construída, para que tais relações sejam traçadas?

Assim como a qualidade precisa de existência material (secundidade), um enunciado, embora seja somente a condição da possibilidade dos signos, também necessita dela. O enunciado, embora não seja um signo, torna-se manifesto através dele, na mesma medida que o possibilita. Talvez possamos dizer que o enunciado, não sendo um signo, tenha a capacidade de se comportar como um quase-signo. Aquele que nos desprende e nos permite atingir um estado de primeiridade, estado de evanescência, de indeterminação; estado de onde brotam pensamentos originais - as hipóteses. Objetos coloridos, por exemplo, mudam sua tonalidade, conforme a luz que incide sobre eles. A que se parecerá aquele “mesmo” amarelo? Depende de que conexões forem estabelecidas em determinada circunstância, que é sempre singular, ainda que estejamos diante de um mesmo pedaço de matéria.

A qualidade extravasa a matéria, ainda que seja através da própria existência material. A qualidade tem por *habitat* o não-lugar. Ela escapa para muito além das bordas da matéria. Mas escapa de uma outra maneira: estas bordas não são para a qualidade nenhum limite a ser transposto, não há simplesmente limite, o que há é uma articulação. A qualidade sequer atravessa esta articulação; mas é a própria articulação. A qualidade é potencial a ser atualizado, articulado de diferentes maneiras.

Peirce coloca o julgamento de percepção como algo hipotético, pois a percepção

é falha. Entretanto, em se tratando de um signo estético, poderíamos falar propriamente de falha? Um signo estético existe meramente para gerar hipóteses. Ele existe para fazer pensar, fazer mudar de hábito. São relações fortemente qualitativas – no sentido de serem vinculadas à primeiridade – que permitem os *insights*, fazendo pensar o que antes não o havia sido.

A lei existe como esquema interpretativo para ser aplicado futuramente. Uma qualidade existe como esquema que pode se repetir como *outro*, para fazer com que as leis se modifiquem na busca do *admirável*, o qual sempre se afastará. Existe algo em comum entre a lei e a qualidade: ambas são esquemas genéricos. A qualidade, por ser um esquema genérico, é passível de ser repetida. O que queremos dizer é que a qualidade, ela mesma, em sua materialidade, se repete idêntica a si mesma. Uma qualidade, se considerada isoladamente, é genérica e pode se repetir como uma lei; mas, quando entra em relações com outras qualidades, sofre alterações. É a qualidade, justamente por ser vaga, que permite a um mesmo elemento *visível*, por exemplo, aparecer como *visibilidades* distintas, assim como a uma mesma frase aparecer como diferentes enunciados.

Diante de um signo estético, só temos como regra a qualidade em si, a qual propicia relações singulares. Não há conexões prontas, somos “obrigados” a produzi-las, a experimentar, a pensar; pois o signo estético só se refere a si mesmo. Não há como ter sido prevista no passado uma lei de articulação de qualidades. Uma qualidade é livre: “Livre é o que não tem outro atrás de si determinando suas ações” (Peirce, 1974, p.88). Não está atada a nenhum referente. Só podemos prever o vermelho em si se isolado da luz ambiente, nunca sua profundidade espacial, seu limite preciso e sua vibração, mesmo porque, nem podemos saber qual a “cor das circunstâncias” que o vermelho irá encontrar no futuro. Entretanto, isto não significa ausência de lei: vermelho não se tornará verde; mas poderá tornar-se laranja, roxo, vermelho escuro ou rosa.

Concluindo, para compreender o conceito de enunciado, precisamos nos propor a fazer como Foucault: viver a vida como uma obra de arte. Para entender o signo estético, precisamos experimentar um signo que nos propicie vivenciar da forma mais equilibrada possível os três diferentes aspectos fenomenológicos. Nisso pensamos que está a maior aproximação de Foucault com Peirce. Tudo nos aparece como fenômeno. Para estudar qualquer fenômeno precisamos daquelas faculdades fenomenológicas fundamentais citadas no início deste artigo. Peirce não exclui a postura do artista, que experimenta o mundo tal qual é, sem interpretação. Ora, o enunciado é a atualização de relações de força, que existiam virtualmente. Para atualizar é necessário que haja aquela sensibilidade observacional do artista. Entretanto, quando falamos de atualização, estamos falando já de algum esforço, de uma ação que discrimina algo de concreto, que estabelece um corte. Isso já diz respeito à segunda faculdade. Ainda: um corte estabelecido torna-se um esquema geral que pode ser aplicado no futuro, que pode até ser representado simbolicamente; já é possível saber de que enunciado se trata agora quando dizemos A,Z,E,R,T. Em outras palavras, um corte torna-se hábito que só poderá ser regenerado por uma nova atualização, por meio de uma ação que estabelecerá, por sua vez, um outro corte e, assim, sucessivamente. Qualquer semelhança com a semiose não é mera coincidência. Já dissemos que, por ser aberto, o signo estético é o mais propenso a desarraigar hábitos e fazer pensar. O enunciado, por sua vez, é o que faz pensar, o que faz falar, é o que faz o pensamento se configurar sempre de maneira distinta. Ambos, signo estético e enunciado, se comportam desta maneira porque só *são*

conforme suas conexões *singulares*, permitidas por suas *indeterminações* internas. É assim que podem conectar-se a algo que jamais poderia ser-lhes atribuído como um referente.

Referências

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. José Carlos Rodrigues. Lisboa: Vega. [s.d.]

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis-Lisboa: Vozes-Centro do Livro Brasileiro, 1972.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

PEIRCE, C. S. *Os pensadores*, vol XXXVI. Tradução de Armando Mora D'Olivira. Col. Abril Cultural, 1974.

SANTAELLA, Lúcia. *Estética: de Platão a Peirce*. São Paulo: Experimento, 1994.

_____. *A teoria geral dos signos: semiose e autogeração*. São Paulo: Ática, 1995.